

II JORNADA
DE CORRUPCIONE

CADERNO DE

RESUMOS



DE
CORRUPTIONE

Apresentação

O *De Corruptione* é um grupo de pesquisa que se dedica a estudar a corrupção na Idade Média em perspectiva política. A II Jornada *De Corruptione* contará com a apresentação e discussão das pesquisas realizadas pelos membros do grupo, vinculados à Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade de São Paulo (USP).

Comissão organizadora

Camila Cardoso dos Santos (Universidade de Brasília - UnB)

Clarice Machado Aguiar (Universidade de Brasília - UnB)

Isabela Alves Silva (Universidade de São Paulo - USP)

Geovane Cardoso Dias Sousa (Universidade de Brasília - UnB)

Comissão científica

Armando Torres (Universidade Nacional de Costa Rica)

Leandro Rust (Universidade de Brasília - UnB)

Marcelo Cândido da Silva (Universidade de São Paulo - USP)

Maria Filomena Coelho (Universidade de Brasília - UnB)

Renato Viana Boy (Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS)

Roberta Giannubilo Stumpf (Universidade Autónoma de Lisboa - UAL)

Programação

26 de janeiro de 2023

8:45h-9h: ABERTURA

9h-10:45h: SESSÃO 1 - AGENTES PÚBLICOS E BEM COMUM

Geovane Cardoso Dias Sousa. *Mestrando em História (PPGHIS-UnB).*

“*Accountability*: uma chave interpretativa para as práticas anticorrupção no reinado de D.Dinis (Portugal, séc. XIII-XIV).”

Fernando Crosara Vieira Ázara. *Graduando em História (HIS-UnB).*

“Corrupção e a trajetória política de Cosme de Médici (séc. XV): problemas iniciais de uma pesquisa.”

Rudyard Rezende Vera. *Mestrando em História (PPGH - LEME - USP).*

“O discurso do ‘bem comum’ durante a Segunda Pandemia de Peste: um estudo de caso das ordenações públicas de Tournai (1349-1351).”

Pablo Ytalo Felix Meneses. *Graduando em História (HIS-UnB)*

“O problema da corrupção no reinado do Príncipe Perfeito (século XV).”

Vinícius Silva Conceição. *Doutorando em História (PPGHIS-UnB)*

“Desvios e Descaminhos. A corrupção nas Ordenações Afonsinas (século XV).”

10h45-11h: PAUSA

11h-12h30: SESSÃO 2 - VIRTUDES E TRANSGRESSÕES ARISTOCRÁTICAS

Camila Cardoso dos Santos. *Mestranda em História (PPGHIS-UnB)*

“Virtude & Corrupção na Matéria de Bretanha: reflexo ou influência de um modelo político medieval?”

Felipe Ferreira de Paula Pessoa. *Doutorando em História (PPGHIS-UnB)*

“As cantigas satíricas e os discursos sobre corrupção nos cancioneiros galego-portugueses.”

Wesley Bruno Andretta. *Mestrando em História (UFFS)*

“As transgressões cavaleirescas na construção dos modelos de conduta nas obras de Chrétien de Troyes e no ‘Elogio’ de São Bernardo de Claraval.”

Cecília Moita Matos. *Graduanda em História (HIS-UnB)*

“Implicações políticas da potência corruptora do diabo em narrativas de milagres (séc. XII-XIV).”

12h30-14h: ALMOÇO

14h-15h30: SESSÃO 3 - PODER RÉGIO E MORALIDADE

Breno Mendes Teixeira. *Graduando em História (HIS-UnB)*

“A corrosão da Virtude em Fernão Lopes: o caso da Justiça de D. Pedro.”

Clarice Machado Aguiar. *Doutoranda em História (PPGHIS-UnB)*

“O Rei e o Diabo – apontamentos iniciais sobre a dicotomia entre corrupção e virtude no reinado de Alfonso X.”

Geovanna de Oliveira Freitas. *Graduanda em História (HIS-UnB)*

“A construção de uma imagem de corrupção por Gregório de Tours: entre a moral e a política (séc. VI).”

João Siqueira Ornelas Júnior. *Graduando em História (HIS-UnB)*

“Poder público, medidas anticorrupção e conflito nas Ordenações Afonsinas (Portugal, séc. XV).”

15:30-15:45: 2ª PAUSA

15:45 -17:30h: SESSÃO 4 - CLERO, JUSTIÇA E BENS ECLESIASTICOS

Alécio Nunes Fernandes. *Pesquisador (Medioevum-UnB).*

“A corrupção na Mesa do Santo Ofício português: algumas considerações.”

Diego Neivor Perondi Meotti. *Mestrando em História (UFFS).*

“A denúncia da corrupção religiosa no jogo ‘Kingdom Come: Deliverance’ (2018): representações e suas razões.”

Marcelo Tadeu dos Santos. *Doutorando em História (PPGHIS/UnB).*

“Centralização versus corrupção? Relações entre o clero e o poder civil em Santiago de Compostela no final do século XI.”

Isabela Alves Silva. *Doutoranda em História (PPGH – LEME – USP).*

“Os abusos dos bens eclesiais nos cânones conciliares gálicos e hispânicos dos séculos VI-VII.”

Fabrizio Luciano de França. *Graduando em História (UnB).*

“Uma política de anticorrupção? O poder Imperial e o conflito de normas acerca da corrupção clerical (1073-1084).”

17h30-18h: ENCERRAMENTO

Accountability: uma chave interpretativa para as práticas anticorrupção no reinado de D. Dinis (Portugal, séc. XIII-XIV)

Geovane Cardoso Dias Sousa*

Resumo

Esta apresentação tem como objetivo principal expor a pesquisa acerca da estrutura anticorrupção operada pelas personas políticas de Portugal durante os séculos XIII e XIV. O exame desse recorte definiu-se tanto pelo extenso e diversificado *corpus* documental produzido durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), quanto pela tendência à expansão dos ofícios régios durante o período. Entre esses ofícios, destaca-se o papel do corregedor, figura central para a pesquisa, pois, ao primeiro olhar, o detentor da função incorporaria parte do esforço anticorrupção daquela estrutura política. Trata-se, portanto, de um exame aprofundado acerca do funcionamento dos mecanismos de controle e prestação de contas operados durante o reinado de D. Dinis, tendo como ponto focal a figura do corregedor e os processos de correição. Não se

trata, no entanto, de uma análise superficial sobre comportamentos individualizados dos ocupantes deste ofício régio, numa espécie de julgamento balizado por preceitos morais. Ao contrário, a pesquisa privilegia uma análise conjuntural, que possa ir além do comportamento moral individualizado dos agentes políticos, ao oferecer uma análise do sistema político medieval português e de suas práticas anticorrupção. Para tal, lança-se mão do conceito de *accountability*, como uma chave interpretativa que viabilize uma interpretação profunda sobre as práticas de prestação de contas dentro do sistema aristocrático feudal português, abrindo-se, assim, a possibilidade de produção de uma análise política da corrupção, afastada de modelos superficiais centrados na moral individualizada.

Palavras-chave: Accountability; corregedor; D. Dinis

* Mestrando em História (PPGHIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

Corrupção e a trajetória política de Cosme de Médici (séc. XV): problemas iniciais de uma pesquisa

Fernando Crosara Vieira Ázara*

Resumo

A ascensão política de Cosme de Médici em Florença, no século XV, ocorre em um contexto de concorrência acirrada entre grupos aristocráticos por toda a Península Itálica. Seu exílio, pela *Signoria* da cidade, sob a acusação de corromper a estrutura política e o poder das demais famílias, assim como o retorno triunfante como líder político da cidade são dois dos episódios de sua vida que propiciam boas reflexões sobre o fenômeno multifacetado da corrupção. Dono de uma próspera instituição bancária, herdada do pai, Cosme era membro da aristocracia cristã. Nesse sentido, a religião tinha um papel político fundamental, na medida em que legitimava o modelo político-cultural que organizava a sociedade. Logo, na condição de corpo político, a corrupção humana extrapolaria sua

individualidade, causando a degeneração de toda a coletividade. Nessa complexa organização plural, porém extremamente hierárquica, o ato de “dizer a justiça” baseava-se na adoção das múltiplas fontes legítimas à disposição das autoridades cristãs – laicas e eclesiásticas -, como leis, costumes, tradições, tratados civis e teológicos, e, naturalmente, a própria Bíblia. As decisões das autoridades públicas competentes deveriam observar os preceitos que, segundo o modelo elitista, configuravam o bem comum em suas decisões. Cria-se assim um terreno fértil para se analisar quais foram os arranjos políticos, jurídicos, econômicos e sociais que legitimaram tanto sua condenação como seu retorno apoteótico à cidade.

Palavras-chave: Corrupção; Cosme de Médici; Florença

* Graduando em História (HIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

O discurso do "bem comum" durante a Segunda Pandemia de Peste: um estudo de caso das ordenações públicas de Tournai (1349-1351)

Rudyard Rezende Vera*

Resumo

A coletânea de documentos de gestão recém-publicada e intitulada "*Bans et édits pour la ville de Tournai en temps de peste (1349-1351)*" contém 531 ordenações públicas promulgadas pelo conselho (*consaux*) de Tournai, entre 13 de outubro de 1349 e 30 de setembro de 1351. A baliza cronológica do documento coincide com a chegada e disseminação da peste na mesma cidade durante a Segunda Pandemia de Peste. Dessa forma, através do estudo de tais ordenações, é possível analisar a gestão pública dos aristocratas que compunham o *consaux* de Tournai durante a epidemia de peste no local. Como exemplo dessa gestão, citamos a ordem de enterrar os mortos imediatamente, sem cerimônias e sem o soar dos sinos durante o período de alta mortalidade. Gilles le Muisit, cronista e abade de Saint-Martin, contemporâ-

neo ao surto de peste, escreve que tal medida fora tomada para o benefício da comunidade ("*pro utilitate civitatis*"). A proibição do uso dos sinos em enterros é significativa, tendo em vista que sua utilização fazia parte do cotidiano citadino e tinha como objetivo promover a unidade e o "bem comum" de Tournai desde 1303, quando o sino havia sido adquirido por concessão do rei da França, Filipe II. A partir de promulgações como essa, o governo local buscava a manutenção do *status quo* local. Sendo assim, através da análise dessas fontes, buscamos compreender como a aristocracia de Tournai articulava o conceito de "bem comum" durante a Segunda Pandemia de Peste, nos atentando para os usos retóricos deste conceito e para a narrativa que o *consaux* buscava produzir a partir dos documentos legislativos.

Palavras-chave: Ordenações Públicas; Tournai; Segunda Pandemia de Peste

* Mestrando em História (PPGHI – LEME – USP)

O problema da corrupção no reinado do Príncipe Perfeito (século XV)

Pablo Ytalo Felix Meneses*

Resumo

A presente comunicação resulta de um estudo realizado sobre o conceito de corrupção durante o período da Idade Média, com ênfase no aspecto da corrosão do modelo de concessão de mercês. A fonte utilizada nesta pesquisa é a crônica de Garcia de Resende, intitulada “Vidas e feitos d’el-rey Dom João Segundo”, contextualizada no século XV e que tem como personagem central o “Príncipe Perfeito”. O objetivo é destacar as ambiguidades presentes no ato de conceder uma “mercê secreta”, ressaltando as noções de “secreto” e “oculto” ligadas a essa ação, além de explicar como essa prática pode ser interpretada de formas diferentes, seja como algo

necessário para o favorecimento do bem-comum, seja como uma traição e deturpação de uma ordem. O desenvolvimento da pesquisa pautou-se em seis tópicos: 1) conceituação historiográfica sobre o que se entende por corrupção; 2) investigação tipológica da fonte principal do trabalho; 3) estudo crítico de um caso presente na crônica de Resende; 4) apresentação de um quadro geral do que representava a mercê no mundo medieval; 5) exame dos léxicos “secreto” e “oculto”, a fim de salientar as ambiguidades de uma “mercê secreta”; 6) explicação acerca da dubiedade da noção de bem comum.

Palavras-chave: Corrupção; D. João II; Portugal Medieval

* Graduando em História (HIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

Desvios e Descaminhos. A corrupção nas Ordenações Afonsinas (século XV)

Vinicius Silva Conceição*

Resumo

Por meio da presente comunicação objetivamos analisar o fenômeno da corrupção do ponto de vista político com base em discursos jurídicos produzidos em Portugal, no século XV, a partir da análise de disposições normativas referentes às peitas recebidas por magistrados, nas Ordenações Afonsinas. A proposta tem especial interesse em apresentar e explicar como esses discursos, que abrangem o campo do direito e da justiça, configuram uma determinada maneira de conceber o modelo político pelo qual se organizava aquela sociedade, bem como registram as variadas formas como se experimentava tal configuração, transformada em política. Nesse

sentido, pretende-se analisar em que medida tanto o modelo como a sua realização na história são avaliados pelos agentes que se manifestam na documentação selecionada, ora como virtude, ora como corrupção. No que se refere ao dinamismo desses contextos, destacam-se alguns aspectos, como a elasticidade observada no ato de interpretar e de dar sentido às normas, característica que propiciava o manejo de acusações de corrupção conforme interesses políticos conjunturais. É sobretudo este aspecto conjuntural e movediço que representa o desafio metodológico central da pesquisa.

Palavras-chave: Pluralismo jurídico; Corrupção; Portugal medieval; História do Direito.

* Doutorando em História (PPGHIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

Virtude & Corrupção na Matéria de Bretanha: reflexo ou influência de um modelo político medieval?

Camila Cardoso dos Santos*

Resumo

Esta comunicação almeja apresentar os apontamentos iniciais e metodológicos de uma pesquisa sobre as lógicas da virtude e da corrupção na literatura arturiana do século XIII em Portugal. A Matéria de Bretanha constitui-se como relevante *corpus* narrativo-literário, amplamente utilizado com o propósito de legitimar e reafirmar o poder régio, bem como importante instrumento modelar de conduta da sociedade ibérica peninsular do baixo medievo. As obras selecionadas para a análise são “A Demanda do Santo Graal” e “Merlim”, de Robert de Boron, duas narrativas que pertencem ao período de prosificação e cristianização dos romances em verso das lendas arturianas. A Idade Média é, frequen-

temente, considerada uma época corruptora de instituições, e isso dificulta compreender e identificar a origem e o funcionamento da prática da corrupção no período. A proposta é, em um exame preliminar, identificar se há elementos que corroboram a noção de virtude e corrupção nestas narrativas, impulsionados pelos valores clericais-aristocráticos imprescindíveis à ordem política cristã do período. Para tal fim, concomitantemente à análise das fontes, objetiva-se apresentar um estudo preliminar com reflexões contemporâneas sobre a teoria da corrupção, em paralelo aos estudos sobre a prática da corrupção na sociedade medieval.

Palavras-chave: Matéria de Bretanha; virtude & corrupção; século XIII

* Mestranda em História (PPGHIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

As cantigas satíricas e os discursos sobre corrupção nos cancioneiros galego-portugueses

Felipe Ferreira de Paula Pessoa*

Resumo

As cantigas trovadorescas tiveram importante papel na cultura política medieval. Dentre seus principais gêneros poéticos, as cantigas de escárnio e maldizer destacam-se como forma privilegiada pela qual a aristocracia deu publicidade às tensões políticas que envolviam a corte. Por meio delas, os trovadores denunciaram comportamentos viciosos e atacaram seus inimigos, tendo como estratégia o jogo do riso. Esta comunicação propõe analisar as formas como os desvios são operacionalizados e categorizados nas cantigas de escárnio e maldizer. A partir da análise de algumas cantigas, buscaremos destacar a especificidade da sátira na construção da denúncia de corrupção, principalmente, ao

considerarmos que este se realiza por meio de uma performance musical. Contudo, compreendemos que a corrupção não é um conceito objetivo e estanque. Pelo contrário, há uma plasticidade nas formas de tipificar o que é e o que não é corrupção, tendo como princípio categórico o bem comum. Este, em dissonância com a experiência da modernidade, exige um alargamento conceitual no contexto medieval. Assim, as cantigas de escárnio e maldizer revelam-se como um espaço importante de articulação política, sendo os desvios e vícios contra o bem comum um dos principais instrumentos políticos operacionalizados pela aristocracia.

Palavras-chave: cantigas de escárnio e maldizer; corrupção na Idade Média; política medieval

* Doutorando em História (PPGHIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

As transgressões cavaleirescas na construção dos modelos de conduta nas obras de Chrétien de Troyes e no “Elogio” de São Bernardo de Claraval

Wesley Bruno Andretta*

Resumo

Quando se trata de pensar a construção de ideários cavaleirescos ou sobre as identidades daqueles guerreiros de elite a serviço da aristocracia secular, um dos principais assuntos que vem à mente são as novelas de cavalaria. Um dos maiores expoentes do século XII, Chrétien de Troyes, escreveu uma série de contos a respeito do Ciclo Arturiano. As narrativas foram direcionadas a pensar problemas específicos em cada obra, desde os preceitos e problemáticas em torno do casamento desses cavaleiros, como visto em “Erec e Enide” (1162), até a busca de um objeto místico aproximado da crença cristã em “Perceval ou O Conto do Graal” (1191). Além das obras mencionadas, Chrétien também escreveu “Cliges, ou a que se fingiu de morta” (1164), “Lancelote, o cavaleiro da carreta” (1168) e “Ivain, o cavaleiro do Leão” (1173). Contudo, a construção dos arquétipos cavaleirescos não se limita às obras li-

terárias. A proposta desta pesquisa é relacionar as qualidades, escolhas e deveres atribuídos aos cavaleiros a partir da relação com outra fonte histórica, escrita entre 1120 e 1136, por São Bernardo de Claraval. Esse autor, ao escrever o *“Liber ad milites templi de laude novae militie”*, a pedido de Hugo de Payens, o primeiro Grão-Mestre da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, também desempenhou um papel fundamental para a criação desses ideários. Nesse sentido, a pesquisa buscará relacionar a influência de São Bernardo de Claraval nas obras de Chrétien de Troyes, uma vez que foi escrita em período anterior e em um espaço muito próximo. Do mesmo modo, compreender os exemplos apontados pelos autores como transgressões, não sendo defeitos, mas como a corrosão dos modelos a partir das práticas dos cavaleiros mencionadas pelos autores.

Palavras-chave: Cavalaria; Chrétien de Troyes; Bernardo de Claraval

* Mestrando em História (UFFS)

Implicações políticas da potência corruptora do diabo em narrativas de milagres (séc. XII-XIV)

Cecília Moita Matos*

Resumo

Na tradição do ocidente cristão, o diabo é um personagem que encarna a ideia de corrupção, constituindo, ao mesmo tempo, um paradoxo. De acordo com o relato bíblico, para cumprir de maneira “virtuosa” a missão à qual a divindade o condenou, ele deve tentar “corromper” as criaturas humanas. Somente diante da provação da virtude, ou seja, da capacidade de resistência às tentações do demônio, os seres humanos justificam seu direito à salvação final. Se o diabo não for um “virtuoso” da corrupção, a humanidade não se salva, exibindo, de tal modo um modelo contrastante e ambíguo da corrupção que permeia as entranhas políticas e sociais daquela sociedade. Existem diversas fontes e tipologias documentais à disposição dos historiadores que consideram a figura diabólica. Entre as várias perspectivas, selecionei as narrativas de milagres e vidas de santos que, devido a suas características religiosas

e apologéticas da virtude, possibilitam, ao mesmo tempo, aprofundar as implicações políticas que para aquele modelo de sociedade representava a potência corruptora do diabo. Essa pesquisa se propõe a realizar uma análise das narrativas, enquanto estratégia discursiva, e para isso faz-se necessário compreender a dimensão ideológica do discurso. Michel Pêcheux, um dos expoentes da Análise do Discurso, nos diz que é imprescindível considerar a ideologia como forças materiais, não apenas como ideias. Dessa forma, não é o sujeito que detém a comunicação - é a comunicação que transforma indivíduos em sujeitos. Essa dimensão da Análise do Discurso é importante para esta pesquisa, a partir do momento em que analiso as narrativas de milagres como produções eclesiais e busco compreender a quais condições ideológicas do discurso o sujeito (diabo) está submetido.

Palavras-chave: Corrupção; Diabo medieval; Virtude

* Graduanda em História (HIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

A corrosão da Virtude em Fernão Lopes: o caso da Justiça de D. Pedro

Breno Mendes Teixeira*

Resumo

Essa comunicação tem como objetivo apresentar uma proposta de análise acerca da corrupção nas Crônicas de Fernão Lopes. A partir de alguns casos retirados da Crônica de D. Pedro, se analisará como a ideia de corrupção está presente na fonte e como ela é utilizada enquanto estratégia discursiva dentro da narrativa. Além disso, será possível também perceber alguns aspectos metodológicos de como a pesquisa se desenvolveu conceitualmente. A pesquisa, inserida em um pequeno nicho da historiografia, tem como pressuposto o alargamento do conceito, o que permite uma melhor inclusão de uma perspectiva política, ao mesmo tempo, que não restringe a análise à esfera estatal e burocrática. Dessa forma, baseando-se principalmente em Pilar Ponce Leiva, entendeu-se formalmente a corrupção enquanto um conjunto de práticas e normas separados de um modelo de virtude e perfeição. Per-

cebe-se, além disso, que a corrupção se circunscreve dentro de debates e disputas de caráter político-intelectual, em que se procura legitimar e estabelecer um padrão de bom governo e comportamento. Dessa forma, esta comunicação se estruturará na análise da “justiça”, virtude fortemente associada a D. Pedro, e dos julgamentos realizados pelo monarca, que são narrados na crônica. Julgamentos que ora são vistos positivamente por Fernão Lopes, ao se exaltar o emprego exemplar das virtudes por parte do monarca, ora são avaliados enquanto práticas corroídas pelo pecado da “sanha”, por não se pautarem no Bem Comum. Por fim, a corrupção, como estabelece Leandro Teodoro, se delimitará enquanto estratégia narrativa para alcançar certos objetivos políticos-intelectuais da escrita da Crônica, ao se construir ideais comportamentais com base nos personagens históricos retratados.

Palavras-chave: Corrupção; Fernão Lopes; Justiça

* Graduando em História (HIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

O Rei e o Diabo – apontamentos iniciais sobre a dicotomia entre corrupção e virtude no reinado de Alfonso X

Clarice Machado Aguiar*

Resumo

A presente comunicação nasceu como resultado dos estudos preliminares sobre os conceitos de corrupção e virtude no reinado de Alfonso X de Castela e sobre análises acerca das teorias da corrupção. A noção clássica de corrupção dos anos 1950 foi questionada por estudiosos como Ronald Kroeze e David Torsello que propõem o abandono da universalização do conceito em detrimento de uma visão alargada e adaptada às épocas analisadas com o intuito de evitar visões anacrônicas. O campo da antropologia política oferece contribuições significativas ao estudo da corrupção, pois chama a atenção à existência de moralidades diferentes e próprias a cada sociedade. Nossa pesquisa dialoga com essas teorias mais recentes sobre o conceito. Para embasar os apontamentos levantados até o momento utilizaremos as “Cantigas de Santa Maria”, obra mariana do gênero

de milagres, e o “Espéculo de las Leys”, documento jurídico e parte do projeto político de Alfonso X – embora pareçam obras com poucas conexões, uma análise detalhada demonstra que a característica casuística de ambas e a forte noção de justiça permitem que sejam utilizadas como conjunto. A dicotomia corrupção/ virtude é central para a formação do modelo político alfonsino e para a construção da imagem de um rei justo e sábio. O monarca ideal emerge contraposto ao seu contrário: Lúcifer. O anjo caído representa a imagem distorcida da boa governança, aquele que controla seu séquito de criaturas perversas. A perspectiva do inferno como locus pervertido será contraposta à ideia do rei medieval que espelha o seu governo na cidade de Deus e guia a cristandade com justiça em busca da salvação das almas.

Palavras-chave: Corrupção e virtude; Alfonso X; Modelo Político

* Doutoranda em História (PPGHIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

A construção de uma imagem de corrupção por Gregório de Tours: entre a moral e a política (séc. VI).

Geovanna de Oliveira Freitas*

Resumo

O objetivo principal desta apresentação será tentar expor as estratégias discursivas que possibilitam a construção de uma imagem de corrupção, em um determinado contexto histórico. Neste caso, escolhi um texto muito conhecido: “História dos Francos”, de Gregório de Tours (séc. VI). O recorte que proponho, relativamente à fonte primária, centra-se em uma personagem feminina que, de acordo com o autor, teve grande protagonismo político: a rainha merovíngia Brunilda. Embora nos dias de hoje a corrupção seja entendida basicamente como desvio que afeta a conduta dos funcionários públicos, por meio do suborno e da venalidade, nas sociedades pré-moderas considerava-se a corrupção de maneira mais ampla, como tudo aquilo que prejudicava o bem comum. Assim, é possível observar formas de operar a ideia de corrup-

ção na Idade Média, com conotações muito mais políticas do que as percebidas atualmente, reduzidas, sobretudo, ao “comportamento corrupto” de indivíduos. A minha intenção é, então, tentar perceber como o famoso Bispo de Tours, com a sua narrativa, constrói uma imagem política feminina da corrupção. Gregório de Tours é um dos maiores cronistas medievais e em sua obra discorre sobre diversos personagens e histórias que marcaram a Alta Idade Média. A “História dos Francos” é a fonte principal de informações sobre os primeiros reis merovíngios, entre os quais figura Brunilda. Ela foi rainha consorte do rei da Austrásia, Sigeberto I, e regente em quatro ocasiões: na menoridade do filho, Childeberto II, dos netos, Teudeberto II e Teodorico II, e do bisneto, Sigeberto II.

Palavras-chave: Corrupção; Brunilda; Alta Idade Média

* Graduanda em História (HIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

Poder público, medidas anticorrupção e conflito nas Ordenações Afonsinas (Portugal, séc. XV)

João Siqueira Ornelas Júnior*

Resumo

Esta comunicação pretende apresentar o estágio inicial de uma pesquisa para analisar como a anticorrupção e o controle do exercício do poder público aparecem nas Ordenações Afonsinas, instituídas por Afonso V de Portugal, em 1446. No escopo dos estudos que pretendem formular uma “Teoria da Corrupção” é possível também inserir a Idade Média, uma época que oferece vastos exemplos de controle do poder público e de que forma tais ações podem ser vistas como estratégias de anticorrupção. Através do referido código jurídico escrito – umas das fontes do Direito no universo medieval português, foi possível observar o fluxo de distribuição do poder pú-

blico no reino, seus usos e as ações que eram classificadas como desvios. No interior do regramento Afonsino, formas de ordenar e regular conflitos resultantes da má utilização do poder foram instituídas na tentativa não só de fortalecer o poder público, mas também de uniformizar a resolução dos casos de disputas de poder. A partir do que foi exposto, surgiram reflexões e questionamentos que podem, de certa forma, contribuir para compreender melhor o fenômeno da corrupção, ao mesmo tempo, em que colocam em xeque algumas tradições historiográficas relativamente ao poder régio.

Palavras-chave: Poder Público; Anticorrupção; Ordenações Afonsinas

* Graduando em História (HIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

A corrupção na Mesa do Santo Ofício português: algumas considerações

Alécio Nunes Fernandes*

Resumo

Ao longo de toda a sua história, o Santo Ofício português procurou, sempre que possível, alargar sua jurisdição para condutas que, à época, eram tipificadas não apenas como “heresias”, mas também como “crimes”, “delitos”, “culpas” ou mesmo “pecados”. Ao assim fazê-lo, acabou por tratar como assunto de sua competência a corrupção que chegava às mesas do Tribunal – o que é comprovado por fontes de diferentes tipologias documentais, como processos judiciais, “modos de proceder no Santo Ofício” e regimentos inquisitoriais. Fosse aquela relativa às testemunhas de acusação – que comprometia a qualidade das provas apresentadas em juízo – ou

ainda a que era imputada aos seus próprios juízes – cujo número de casos é considerável –, a Inquisição portuguesa teve de lidar com o que, institucionalmente, era entendido como “corrupção”. Nesta comunicação de pesquisa, pretendo discutir algumas das nuances do que as fontes primárias inquisitoriais definiam como corrupção. O objetivo é esboçar algumas considerações sobre as formas com que o Tribunal tratou de tal problema não apenas como crime ou pecado, mas como prática que prejudicava a imagem que a instituição pretendia projetar socialmente de si mesma.

Palavras-chave: Santo Ofício português; Corrupção; Crime

* Pesquisador (*De Corruptione/Medioevum* – UnB)

A denúncia da corrupção religiosa no jogo “*Kingdom Come - Deliverance*” (2018): representações e suas razões.

Diego Neivor Perondi Meotti*

Resumo

Este trabalho tem como enfoque analisar as representações de corrupção em espaços religiosos no jogo eletrônico “*Kingdom Come – Deliverance*” (KCD), lançado em fevereiro de 2018. Anunciado no final de 2013, seus desenvolvedores abriram uma campanha de financiamento coletivo no qual apresentavam a intenção de criar um jogo ambientado na Idade Média, no reino da Boêmia, no início do século XV. Além da temática medieval, a proposta dos desenvolvedores era de criar um jogo que fosse, historicamente, o mais autêntico possível. Na experiência proporcionada em KCD, os jogadores vivenciam momentos em que a crítica à corrupção ocorrida em espaços religiosos faz parte do contexto da região. O recorte histórico selecionado para esse jogo ocorre décadas antes de um importante movimento herético no reino da

Boêmia, a Revolta Hussita. As ideias Jan Hus e o combate a uma corrupção interna nas instituições religiosas se tornaram importantes símbolos do movimento herético. Para esta apresentação, iremos problematizar como a corrupção, ou desvio das normas institucionais, foi representado em dois momentos do jogo: um sermão realizado pelo protagonista durante uma missa e as relações internas no monastério de Sasau. Nossa hipótese parte da interpretação que o foco dado às ideias germinantes do movimento hussita em KCD, ao explorar a corrupção dos espaços institucionais religiosos, não se trata de uma seleção imparcial, mas assume a função de explorar os diferentes aspectos do movimento considerado como origem da identidade nacional tcheca.

Palavras-chave: Kingdom Come Deliverance; Representação; Igreja

* Mestrando em História (UFFS)

Centralização versus corrupção? Relações entre o clero e o poder civil em Santiago de Compostela no final do século XI

Marcelo Tadeu dos Santos*

Resumo

O objetivo desta comunicação é levantar algumas questões em torno da relação existente entre o clero e o poder civil no processo de nomeação de um administrador temporário dos bens da catedral de Santiago de Compostela, na última década do século XI, e confrontá-las com afirmações específicas construídas por importantes expressões de uma historiografia mais recente que se ocupa da tradição jurídica e política da Europa medieval. Acreditamos que seja possível, a partir desse evento que se deu no ano 1095, identificar traços significativos da dinâmica política no contexto ibérico que não se encaixam dentro dos marcos metodológicos que são utilizados por um determinado campo da historiografia contemporânea que busca definir a forma como se configura a cultura política medieval durante e após a Reforma Gregoriana. Tendo por base o livro 1º da História Compostelana, nos colocamos numa posição de diálogo crítico com Sylvain Gougenheim, influente medievalista francês, que ressalta em seu livro *La Ré-*

forme Grégorienne a importância do pontificado de Gregório VII naquilo que é visto pelo autor como um ponto de virada no que diz respeito ao processo de organização do quadro político na Europa medieval. A tese do autor afirma que os agentes clericais alinhados à perspectiva reformista iniciada pelo papado de Leão IX estariam dispostos a atuar na construção de uma dinâmica de poder sobre os bens materiais e espirituais da Igreja, para submetê-los a uma administração que obedecesse aos interesses do clero romano, numa clara postura centralizadora. Essa visão reforça a ideia de que o protagonismo de atores políticos externos (reis, príncipes e nobres) ao poder religioso conduziria a um processo de corrupção que comprometeria a independência dos poderes religiosos, reforçando mecanismos de dependência e subordinação das autoridades clericais ao poder civil, desviando-as, assim, de suas responsabilidades fundamentais no interior do corpo social.

Palavras-chave: Corrupção; poder; Santiago de Compostela

* Doutorando em História (PPGHIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)

Os abusos dos bens eclesiásticos nos cânones conciliares gálicos e hispânicos dos séculos VI-VII

Isabela Alves Silva*

Resumo

Nesta comunicação, visa-se analisar trechos de cânones conciliares da Gália merovíngia e da *Hispania* visigótica entre os séculos VI-VII. Os cânones são uma legislação produzida para a Igreja a partir de concílios episcopais. Eles versam sobre teologia, a relação com laicos, a organização e atuação dos membros da hierarquia eclesiástica e a gestão do patrimônio. Esse patrimônio compreendia, então: propriedades fundiárias, construções (como basílicas, pequenas igrejas, oratórios, batistérios), mobiliário, peças de vestimenta e itens perecíveis. A preocupação com a finalidade dos bens eclesiásticos e a identificação de abusos sobre eles é um tema amplamente desenvolvido nos cânones visigóticos e francos. A análise conectada desses espaços ainda se mostra benéfica, porque neles, nos séculos VI e VII, houve um grande crescimento da riqueza eclesiástica. Isso se

ligou, em grande medida, ao interesse de famílias de elite em financiar casas religiosas e promover doações *pro anima*. Os cânones francos e visigóticos reconhecem vários envolvidos com a gestão dos bens eclesiásticos: membros do clero, doadores laicos em geral e líderes políticos, como reis. A documentação identifica e condena formas de apropriação privada dos bens por esses grupos, entendendo que certas práticas desrespeitariam o caráter coletivo do patrimônio eclesiástico, que pertenceria “aos pobres”. Nesta comunicação, desejo analisar o teor das denúncias; abordar como elas indicam disputas contemporâneas sobre o patrimônio eclesiástico; tratar dos desafios de análise dessa documentação e, finalmente, discutir se é possível encontrar, a partir do estudo, uma noção de corrupção ligada à esfera econômica nos reinos pós-romanos.

Palavras-chave: Bens eclesiásticos; abuso; cânones conciliares

* Doutoranda em História (PPGH – LEME – USP) (*De Corruptione/Medioevum* – UnB)

Uma política de anticorrupção? O poder Imperial e o conflito de normas acerca da corrupção clerical (1073-1084)

Fabrizio Luciano de França*

Resumo

Neste trabalho proponho uma problematização da figura histórica de Henrique IV (1050-1106), tratado muitas vezes como um personagem unidimensional. Busco explorar a subjetividade na construção da categoria de corrupto e as vicissitudes políticas dessa classificação através da análise das cartas de Henrique IV e o arcabouço lexical e semântico utilizado por ele, tanto em sua defesa quanto nas acusações a seus opositores. Dessa forma, busquei considerar a corrupção como uma categoria construída legal e socialmente, e inscrita dentro de uma disputa de poder. Anali-

sando principalmente duas cartas trocadas entre Henrique IV e Gregório VII durante o período da Rebelião Saxônica, uma do ano de 1073 e outra de 1076, e fazendo uso da análise de discurso por sua linha materialista francesa, foi possível perceber nessas fontes a ideia subjacente de que se toda corrupção é um ato ilícito, nem todo ato ilícito é uma corrupção. Henrique IV parece disputar o poder de classificar o que é corrupção e o que é apenas um desvio, demonstrando assim que a definição da corrupção não se esgota como um ato jurídico.

Palavras-chave: Corrupção; Henrique IV; Reforma Gregoriana; simonia

* Graduando em História (HIS – *De Corruptione/Medioevum* – UnB)